


História da educação no curso de pedagogia: avanços, desafios e perspectivas

History of education in the pedagogy course:
advances, challenges and perspectives

Historia de la educación en el curso de pedagogía: avances, desafíos y perspectivas

Joao Carlos da Silva 

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil
joao.silva@unioeste.br

Recebido em 19 de outubro de 2021

Aprovado em 25 de julho de 2022

Publicado em 06 de julho de 2023

RESUMO

O presente artigo aborda a trajetória da disciplina de História da Educação no curso de graduação de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Cascavel, tendo como recorte temporal, a fundação do referido curso e sua última reformulação. Tem como objetivo examinar a sua importância na formação de professores. A metodologia parte do estudo bibliográfico de aportes teóricos referenciados no campo da História da Educação, como: Saviani (2000), Lopes e Galvão (2001), Stephanou e Bastos (2011). Em face das políticas de aligeiramento na formação do pedagogo, percebe-se a intensificação de um discurso em favor da constituição do professor com base pragmática, com fortes restrições às disciplinas de cunho crítico, histórico e filosófico no preparo desse futuro profissional. Isso ocorre sob a justificativa da necessidade de uma formação mais técnica, isto é, que priorize certas competências que atendam às demandas emergenciais do mercado de trabalho.

Palavras-chave: História da educação; Formação de professor; Pedagogia.

ABSTRACT

This article discusses the trajectory of the History of Education discipline in the Pedagogy course at the State University of West Paraná (UNIOESTE), between 1972 and 2015. The main objective of this study is the foundation of that course and its last reformulation. is to examine its importance in teacher education. The methodology is

based on the bibliographical study of theoretical contributions referenced in the field of History of Education, such as: Saviani (2000), Lopes and Galvão (2001), Stephanou and Bastos (2011), among others; as well as the analysis of the discipline's programs. In view of the streamlining policies in the formation of pedagogues, there is an intensification of a discourse in favor of the constitution of the teacher with a pragmatic basis, with strong restrictions on critical, historical and philosophical disciplines in the preparation of this professional future. This occurs under the justification of the need for more technical training, that is, one that prioritizes certain skills that meet the emergency demands of the labor market.

Keywords: History of education; Teacher training; Pedagogy.

RESUMEN

Este artículo aborda la trayectoria de la disciplina Historia de la Educación en el curso de graduación en Pedagogía de la Universidad Estadual del Oeste de Paraná (UNIOESTE), campus Cascavel, tomando como marco temporal la fundación de dicho curso y su última reformulación. Su objetivo es examinar su importancia en la formación del profesorado. La metodología parte del estudio bibliográfico de contribuciones teóricas referenciadas en el campo de la Historia de la Educación, tales como: Saviani (2000), Lopes y Galvão (2001), Stephanou y Bastos (2011). Frente a las políticas de racionalización en la formación docente, se ve la intensificación de un discurso a favor de la constitución del docente sobre bases pragmáticas, con fuertes restricciones a disciplinas de carácter crítico, histórico y filosófico en la preparación de ese futuro profesional. Esto ocurre bajo la justificación de la necesidad de una formación más técnica, es decir, que priorice ciertas habilidades que atiendan las demandas de emergencia del mercado laboral.

Palabras clave: Historia de la educación; Formación de maestro; Pedagogía.

Introdução

Vivemos um momento histórico marcado por muitas lutas contra o esquecimento, a banalização, o aligeiramento, a precarização total, o conservadorismo, corte de recursos, ataques à ciência, à escola pública, ao conhecimento científico, sobretudo às ciências humanas e sociais. É um instante que nos desafia a pensar a produção científica contra o negacionismo científico e o obscurantismo, que vem conquistando mentes e corações, mediante a promoção

deliberada da ignorância e da desinformação. Tais questões acabam impactando a produção acadêmica.

A História da Educação vem sendo objeto de análises e discussões no âmbito dos grupos de pesquisa e eventos especializados na área. Autores como Gatti e Junior (2005), Stephanou e Bastos (2011), Schmidt (2010) buscam, por exemplo, examinar seus avanços, desafios e perspectivas. É fato que a História mudou de conteúdo, principalmente na forma como ela é vista e trabalhada pelos historiadores de ofício. A disciplina de História da Educação, cuja gênese data do final do século XIX, nos Cursos Normais, foi marcada por um forte *etos* religioso e filosófico. A partir da segunda metade do século XX, a História da Educação ganhou notoriedade como um campo de pesquisa, conforme também se expandia a Pós-graduação.

A inserção da História da Educação nos currículos acabou promovendo erroneamente a ideia de que a disciplina poderia trazer respostas imediatas para a solução dos problemas da educação, antes mesmo de serem compreendidos de forma mais aprofundada. Sua presença no campo da pedagogia foi um avanço que deve ser reconhecido, entretanto, também provocou nos pesquisadores, uma tendência em explicar os fenômenos educativos do passado em si mesmos, sem relação com o contexto mais amplo. (LOPES, 2001).

A História da Educação, nos últimos anos, vem tomando certos contornos e passando por importantes mudanças em diferentes aspectos, inclusive no perfil dos seus pesquisadores, como pedagogos, historiadores, filósofos e sociólogos. Isso porque, a disciplina abarca atualmente um conjunto de produção de conhecimento consistente, sendo, portanto, um campo consolidado e reconhecido pelas agências de financiamento.

Como professor ministrante desta disciplina no curso de pedagogia, há mais de vinte anos, tenho verificado muitos avanços, mas também muito desafios e preocupações acerca da presença deste campo na formação do professor. Destaca-se que a História da Educação é de extrema relevância para a formação do futuro docente, pois fornece uma percepção crítica acerca de passado a partir dos acontecimentos do presente¹.

Todo professor tende a defender sua disciplina de atuação como sendo a mais importante para a formação do aluno. Com a História da Educação não seria diferente, sobretudo nos momentos em que as reformulações curriculares estão em pauta. Por outro lado, constata-se que a disciplina em questão tem se fragilizado diante das novas configurações dos currículos, se comparada às demais, especialmente àquelas ligadas aos saberes metodológicos e às atividades mais práticas. Tal fenômeno tem se justificado por meio de um discurso que defende a existência de muita teoria, e pouca prática.

Falar sobre o tema em questão é traduzir a minha longa trajetória percorrida pelo ensino da História da Educação, nos últimos anos, tanto em sala de aula, como participando de eventos, intercâmbios com outros grupos de pesquisas, artigos, bancas de dissertações e teses, nos diálogos com alunos e colegas da área, sobretudo com os estudantes dos cursos de graduação em pedagogia, com os quais tive maior convívio. Mas, afinal, qual deve ser o papel do professor que atua com a História da Educação? Quais seus compromissos com essa área de ensino?

Diante do intenso processo de implantação de programas de formação inicial e continuada de professores, por meio da modalidade de Educação a Distância (EaD), observa-se uma certa “superficialização” no processo de formação do docente, cujos princípios estão mais assentados nas demandas mercadológicas, do que efetivamente no ato de formar. O esvaziamento científico da formação do professor é um sintoma deste cenário. Verifica-se que a disciplina História da Educação, em face das políticas de aligeiramento na formação do pedagogo e da introdução de novas tecnologias no processo formativo, vem perdendo espaço na formação de professores. Por isso, identifica-se uma tendência para o discurso em favor da formação do professor com base pragmática, com fortes restrições das disciplinas de cunho crítico, histórico e filosófico. Tal cenário indica o preparo do futuro magistério para a prática sob a prerrogativa de formar tecnicamente profissionais que atendam às demandas e interesses do mercado de trabalho.

Este artigo tem como objetivo examinar a importância da disciplina de História da Educação na formação de professores, abordando sua trajetória e seu lugar no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) entre

1972 e 2020, desde sua fundação, até sua última reformulação. Para isso, utilizou-se como procedimento metodológico o estudo bibliográfico, a partir de autores referenciados no campo da História da Educação, como: Saviani (2001), Carvalho (2005), Stephanou e Bastos (2011).

A disciplina História da Educação

A disciplina de história da educação surge no final do século XIX. Desenvolve-se através das escolas normais e curso de formação de professores. Ela teve o seu início na Europa e nos EUA. A princípio era marcada pela presença da teologia e filosofia. Ela passa a ser um campo de pesquisa específico somente na década de 50. Aqui no Brasil podemos destacar acontecimentos importantes como a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955) e os centros vinculados ao INEP.

Para a compreensão da história da educação podemos destacar a importância da memória e de arquivos e fontes históricas. A valorização da memória e o combate contra amnésia, é ressaltada como missão fundamental do historiador da educação. O passado, tal como a memória são elementos primordiais da história. É nessa questão também que as fontes que possibilitam o trabalho de uma pesquisa ser construída. As fontes e arquivos históricos são essenciais para o exercício do historiador, ferramentas de grande relevância na investigação histórica.

A pesquisa em História da Educação por muito tempo envidou esforços no sentido de romper com a tradição positivista que foi hegemônica por muito tempo nos cursos de graduação. Nesta empreitada, Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001) consideram que a História da Educação, nos últimos anos, vem estabelecendo relações com diversos outros campos da História e apontam outros domínios de estudos sobre a “História da Educação”, como, por exemplo, História do Ensino, História do Livro e da Leitura, História das Crianças e dos Jovens, História das Mulheres Professoras, História das Instituições, entre outros. Este seria um dos domínios mais tradicionais da História da Educação, campo que tem procurado incorporar as reflexões historiográficas contemporâneas, alargando as fontes e lançando novos olhares.

Entre os anos de 1930 e 1950 foram incluídos nos currículos das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia, conteúdos da história da educação geral e do Brasil, destacando a educação brasileira na Colônia, no Império e na República. Nos anos de 1950 e 1960, no processo de urbanização e industrialização, a educação passou a fazer parte dos debates, resultando na aprovação da LBD/1961. As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas pela expansão da Pós-graduação em educação. Nesse período avulta um ensino de História da Educação mais relacionado à realidade brasileira, dando espaço às produções de autores nacionais, vinculados ao ensino universitário.

Nos anos de 1970 e 1980, os historiadores da educação formularam, a partir de Dermeval Saviani, uma história da escola pública, mediante estudos das condições sociais e econômicas existentes. Tais análises foram marcadas por um caráter ideológico que atribuía à educação um poder de transformação, tornando-se um convite à militância do profissional da educação comprometido com os interesses das classes populares. Especialmente nos anos de 1980, os debates educacionais manifestavam densa crítica à elitização da escola, evidenciando a necessidade de abrir suas portas para os setores historicamente excluídos da escolarização. Tal análise produziu efeitos na reformulação dos projetos pedagógicos de formação de pedagogos, em face da necessidade de centralizar as discussões em torno da relação e dos conflitos entre escola, estado e sociedade.

Nas décadas de 1980 e 1990, a História da Educação passou por uma importante e notável renovação temática, conceitual e teórico-metodológica. Até os anos 1980 existiam poucos livros relacionados ao campo da História da Educação. A partir deste período houve, contudo, uma significativa profusão nos estudos da área nos Programas de Pós-Graduação em Educação em todo o Brasil. O surgimento, em 1987, do Grupo de Trabalho (GT) História da Educação na Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED), a criação, em 1986, do Grupo HISTEDBR na Unicamp, a fundação, em 1996, por iniciativa dos pesquisadores em história da educação do Rio Grande do Sul, da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação/ASPHE, e a organização da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 1999, são marcos históricos deste movimento.

Nas últimas três décadas, este processo cresceu com a diversificação e a renovação das referências historiográficas fortalecidas na busca de outros objetos de estudos. O desenvolvimento da História Cultural, sintetizada nos estudos de Chartier, Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, trouxe novas perspectivas e acomodações no campo, em que personagens e eventos considerados periféricos tornam-se centrais, como: História da Família e Demografia Histórica, História do Cotidiano e da Vida Privada, História das Mulheres, História e Sexualidade, História das Ideias ou da Inteligência, História da Imprensa, História e Etnia, História das Religiões, Religiosidades e outros grupos culturais – tendência, esta, que se acentua neste início de novo século.

Seus impactos foram visíveis no campo da História da Educação, promovendo a ampliação de temas, objetos e fontes. Segundo essa perspectiva, a história não deveria se restringir aos seus aspectos econômicos, mas expandir este leque para estudos de grupos sociais e culturais como as crianças, as mulheres, as camadas populares, sentimentos, emoções e mentalidade. Esta “nova” historiografia educacional apareceu de forma gradativa, e foi delineada de forma mais clara a partir de meados da década de 1990, quando se ampliou significativamente a pesquisa educacional no Brasil. Reis (2000), por exemplo, considera que a *Escola dos Annales* constitui uma renovação teórico-metodológica em história, devido à sua aproximação com as ciências sociais.

Os anos 2000 são marcados pela publicação de Peter Burke, por meio de *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*, que lançou novas perspectivas para os estudos historiográficos. Seu conteúdo anunciava novos paradigmas que repercutiriam, inclusive, na escrita e na interpretação dos acontecimentos históricos, quando novos horizontes teóricos-metodológicos se descortinavam. Lopes e Galvão (2001) assim expressam este momento:

Talvez algum de nós se lembre da sensação de que havia pouco a se pesquisar, pois o marxismo, o materialismo histórico e dialético, o capitalismo, os modos de produção, a luta de classes já explicavam tudo. Se o Brasil era agrário-exportador dependente em determinado momento, a educação só poderia ser considerada supérflua e assim por diante. Em outros casos, os pesquisadores, buscando nas fontes apenas aquilo que poderia corroborar seus pontos de partida, ignora(va)m as informações que pareciam

contraditórias com o que já tinham como hipótese e, via de regra, como resultado da pesquisa (LOPES e GALVÃO, 2001, p.37).

Pode-se afirmar que o uso da categoria ideologia na historiografia da educação brasileira foi predominante nas décadas de 1970, 1980 e metade da década de 1990. Entretanto, desde a segunda metade da década de 1990, seu uso vem sendo gradativamente substituído pelo de representações, mentalidade e imaginário social. Muitos autores consideram que essa categoria possuía uma marca histórica e teórica, e que ela gradativamente perdeu a sua força explicativa no estudo da cultura e da educação.

Neste cenário, alguns autores e publicações mudaram os rumos da pesquisa historiográfica e, por consequência, do ensino no âmbito do curso superior, promovendo novos problemas, abordagens e objetos novos ou renovados. Entre eles, pode-se destacar: Le Goff, Philippe Ariés, Peter Burke, Pierre Nora e Marc Bloch Michel Volvelle. A publicação do livro *Domínios da História*, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), levantou novos problemas voltados para temas contemporâneos, tornando-se uma obra de referência para os profissionais da área de história e das demais ciências humanas e sociais.

Nesse processo, a história educacional se aproximou da Antropologia e da Linguística, deslocando-se, assim, para outros campos de interesse. Tem-se estudado, por exemplo, a cultura, o cotidiano escolar, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção e o conhecimento escolar, o currículo, a disciplina e os agentes educacionais (professores, alunos e alunas), assim como a imprensa pedagógica e os livros didáticos.

Nessa esteira tem sido incorporado outras categorias, como de gênero, etnia e de geração ao lado da classe social, hoje questões fundamentais para entender o que foi a educação brasileira. Os estudos locais e regionais, com realidades mais circunscritas e com períodos mais curtos de tempo, antes considerados anacrônicos, passou, da mesma forma, a ter um crescimento vertiginoso, com novas possibilidades de compreensão da história educacional.

Conforme advertem Lopes e Galvão:

Tem havido um esforço, por exemplo, em sistematizar a discussão sobre as fontes, que pouco a pouco, vem sendo incorporadas aos estudos, como a fotografia, a literatura e, as estatísticas escolares e até a legislação escolar, já tão utilizada anteriormente, uma das marcas da história da educação hoje é exatamente se diálogo permanentemente com a produção historiográfica propriamente dita e seus arcaouços teóricos metodológicos (2001, p.44).

Nas últimas décadas, têm predominado na historiografia da educação brasileira categorias da chamada Nova História, que busca não mais uma história que tenha como parâmetro a totalidade social, mas que tenha como universo de investigação o “micro”. Por isso, novos teóricos têm fundamentado a historiografia. Roger Chartier, Foucault, Guinsburg, Le Goff, entre outros. Esta tendência foi vista como um arejamento da historiografia da educação brasileira, visto que desde o final da década de 1970 predominavam as tendências marxistas. No bojo dessa discussão, algumas categorias foram eleitas como aquelas que trariam maior eficácia explicativa: representações, mentalidade, imaginário social, índice, memória etc., principalmente quando se lidava com pensamentos, comportamentos, normas de conduta e valores, isto é, aspectos que permeiam a realidade social, cultural e política.

Surge, então, tais questionamentos: é preciso abandonar o uso de categorias como ideologia, totalidade social, dialética, luta de classes? Estas categorias perderam a força explicativa, ou seja, não dão mais conta da realidade histórica? São limitantes para o registro da historiografia da educação? Será que, ao se eleger determinado objeto de investigação, seria necessário, também, eleger determinadas categorias teóricas mais eficazes na explicitação desse objeto? Diante disso, é preciso enfrentar essas questões, respeitando a complexidade do contexto sócio-histórico.

Um dilema para os historiadores da educação tem sido selecionar o que é relevante para o professor que está em processo de formação e que não será um historiador da área da educação. Como pensar, por exemplo, acerca de um conhecimento que seja importante para a prática pedagógica, sem justificá-la através da crença na utilidade da história.?

Stephanou e Bastos (2011) consideram a História da Educação como um campo vasto de produção do conhecimento, nutrindo-se das mais diversas teorias, abarcando a análise das fontes, suas relevâncias e dicotomias. Para as autoras, deve-

se partir da história as questões que discutem a produção do conhecimento historiográfico, ficando a cargo da educação a função de analisar com rigor a complexidade dos fenômenos educativos, cuja compreensão deve ir além de uma mera descrição de instituições de ensino, políticas educacionais e agentes. Assim, observa-se um revigoramento da produção de conhecimento sobre a Educação, cujas discussões são ancoradas na pesquisa historiográfica².

É fato que os historiadores da educação se aproximaram de diferentes áreas do saber, sobretudo dos historiadores de ofício. Segundo Saviani:

Deve-se, porém, reconhecer que os investigadores especializados na História da Educação têm feito um grande esforço de sanar as lacunas teóricas, adquirindo competências no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício” e não no sentido inverso. (SAVIANI, 2001, p.12)

Outro aspecto a ser discutido é a questão das fontes históricas e fontes historiográficas como matéria que fundamenta e embasa a própria pesquisa histórica. Essas mesmas fontes nem sempre são encontradas facilmente e, na maioria das vezes, tornam-se acessíveis somente após várias buscas, pois nem sempre seus vestígios ficaram registrados para a posterioridade³.

Segundo Stephanou e Bastos (2011) A questão da memória também tem se colocando como um tema importante nos estudos históricos contemporâneos, cujo assunto encontra-se imbricado em diferentes concepções em torno da relação indivíduo e sociedade. Ainda é muito recente a memória como objeto da história da educação. Isso porque, explicar o passado, preenhe dos acontecimentos humanos, em função do presente, seja talvez a principal função social do pesquisador. Mediante suas fontes, o desafio do historiador consiste, dessa forma, em dar significado às atitudes, valores, intenções e convenções que fazem parte das ações humanas.

Evidencia-se nesse campo de estudos a tentativa de buscar diálogos sobre a memória a partir das lembranças e experiências passadas, nas reconstituições do tempo. Segundo Halbwachs:

(...) as lembranças, a partir da memória e convívio do cotidiano, vão se constituindo em paisagens que enquadram cenários, onde os sujeitos num determinado espaço-tempo constroem pela memória coletiva a memória

individual, uma vez que as recordações individuais estão envolvidas nas noções e imagens dos meios sociais (HALBWACHS, 2003, p. 26).

É sabido que os documentos relacionados à história somente “falam” quando questionados. A rigor, a pergunta é que constrói o objeto de pesquisa. Nas palavras de Ricouer, “rastros, documentos e perguntas: são os tripés do conhecimento histórico” (2007, p. 188). O documento se torna enquanto tal, somente quando procurado, encontrado, construído, instituído, questionado por um feixe de perguntas e rastreado no estudo e na análise. Documento é, pois, tudo aquilo que pode ser interrogado com a finalidade de encontrar algumas informações sobre o passado, a partir de um olhar sempre desconfiado acerca de certas afirmações cristalizadas, em que verdadeiro ou falso devem ser colocados à prova.

Pode-se afirmar que existe unanimidade e reconhecimento acerca da contribuição da chamada Nova História quanto à ampliação do conceito de fontes documentais. Contudo, também não há dúvida de que a apreensão, pelo campo da História da Educação, da tradição marxista continua demarcada, a partir dos estudos das condições materiais e a luta de classe, em que presidem a realidade histórico-educacional em relação parte/todo. Isso não significa que não haja o diálogo e a mediação de suas abordagens.

Nesse sentido, várias correntes historiográficas, como marxismo, história cultural e história das mentalidades, têm procurado acomodações no âmbito da historiografia educacional como referenciais analíticos, relevando o aspecto plural da pesquisa. Em suma, pode-se considerar que nos últimos trinta anos é possível observar diálogos, intercâmbios e aproximações, mas também disputas em torno deste amplo espectro que atualmente é conhecido como produção em história da educação.

Vivemos tempos marcados pelo negacionismo científico, de desqualificação da escola e da própria ideia de sua importância na sociedade, pelo conservadorismo, obscurantismo, precarização, valorização do imediatismo e do presentismo, portanto, de negação da história. O discurso obscurantista no Brasil durante a pandemia de COVID-19 ganhou destaque sobretudo nas redes sociais, com implicações e reflexos

para o discurso. As redes sociais são espaços caracterizados por muitas controvérsias, locais de entretenimento, de compartilhamento de ideias e visões de mundo, mas também tornaram-se campo de disseminação do negacionismo científico e da ignorância.

A pandemia da COVID 19, de um lado, provocou afastamento e isolamento social, de outro, lançou a sociedade nas redes sociais, nas plataformas digitais como nunca na história da humanidade. No centro destes acontecimentos, a escola pública exerce um papel fundamental como agente disseminadora do conhecimento científico. A defesa da escola pública converteu-se num tema de grande relevância na atual conjuntura.

O negacionismo científico procura defender o indefensável: a valorização cega da ignorância e do “achismo” em detrimento do conhecimento científico, com o objetivo de confundir e manipular a opinião pública, criando um terreno propício às *fake news*, como instrumento eficaz de manipulação.

Nesta perspectiva, estamos vivendo momento histórico desafiador marcado pela pandemia, perdas humanas, retrocesso de muitas conquistas sociais, conservadorismo, precarização total, corte de recursos, ataques à ciência, ao conhecimento científico, sobretudo às ciências humanas e sociais. Negação à vacina, ao uso de máscaras, ao isolamento e perseguição contra produtores e defensores da ciência.

Estamos numa luta sem igual na história contra o negacionismo, o desmonte da ciência e da produção científica, acontecimento que não é ação de um governo, mas de um projeto de sociedade. O advento da ciência moderna, sob a égide do racionalismo cartesiano, trouxe uma verdadeira revolução nas ideias científicas, especialmente no campo da física, tendo à frente Galileu. A exaltação de uma filosofia prática levou à formulação de um novo modelo de conhecimento, fundamentado na intervenção do homem sobre a natureza.

A disciplina de história da educação no curso de pedagogia

Implantado em 1972, O Curso de graduação de Pedagogia foi o primeiro da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) a ser reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), através do Decreto de nº 77.304/74 de 17/03/1976. Nasceu na vigência do Parecer do CFE de nº 252/69, dando início a uma trajetória em favor da ampliação na oferta de vagas. Desde sua primeira reestruturação, até o momento atual, buscou superar a fragmentação na concepção do trabalho pedagógico, como base na formação do futuro professor na relação teoria-prática.

Nos anos 1970, e início dos anos 1980, o pedagogo formado pela Unioeste era um educador especializado nas habilitações referidas anteriormente. Já na década de 1980, o pedagogo passou a compreender a educação na sua totalidade, independente das suas formas de atuação. Seja ele professor, orientador ou administrador escolar, este deveria possuir uma visão social ampla que envolvesse o trabalho escolar, administrativo e pedagógico.

Nos anos 1990, o curso passou a formar o pedagogo generalista, capacitando-o para que atuasse nas diferentes funções pedagógicas: o Pedagogo docente para o ensino na educação infantil e Anos/Séries iniciais do Ensino Fundamental; e Pedagogo, articulador do trabalho pedagógico, para que atuasse, também, na Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UNIOESTE, 2016).

Inicialmente, o Curso formava nas habilitações de “Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º Grau, Orientação Educacional e Administração Escolar”. Sua primeira reestruturação, no ano de 1997, procurou superar sua organização fragmentária, em face da conjuntura nacional e da legislação em vigor. Em 2007, uma reestruturação do seu projeto político-pedagógico reafirmou a formação do pedagogo no sentido da unidade teoria e prática, incorporando as novas demandas da legislação, em especial a Lei nº. 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, sendo responsabilidade da História da Educação a abordagem deste conteúdo.

Maria Lídia Sica Szymanski e Carmen Célia Correia Bastos (2011) consideram que durante a década de 1970, e início da década de 1980, o curso de Pedagogia da

Unioeste, assim como os cursos de Pedagogia no Brasil, cumpriam sua função em formar educadores especializados e técnicos de educação. De 1976 a 1996, como licenciatura Plena, o curso ofertava as seguintes habilitações: Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau, Orientação Educacional e administração Escolar.

Em seus primeiros planos de ensino, a disciplina de História da Educação estava estruturada como subárea da filosofia, tendo como objetivos, conforme indica seu plano de ensino: “Aquisição de conhecimentos que venham auxiliar os alunos a terem uma visão geral da evolução através do conhecimento da vida dos povos nas diferentes épocas”; Ou, então: “Estimular o espírito crítico e de pesquisa para que possam quando educadores, resolverem série e acertadamente os problemas da educação que lhes apresentarem”.

Nota-se uma expectativa de preparar profissionais aptos a darem solução aos problemas educacionais, sem considerar os fatores econômicos e sociais que os envolveriam, reproduzindo uma visão idealista dentro da tradição escolanovista. Ofertada com quatro aulas semanais, com um total de 121 horas-aula, priorizava-se uma história geral, com foco nos estudos da educação na Antiguidade Greco-Romana, Idade Média e na Modernidade. À educação brasileira eram destinadas somente 15 horas-aula para tratar dos períodos colonial, Império e República, não havendo uma discussão específica sobre os problemas da educação brasileira, ainda que seus objetivos assim o exigissem. Nas referências bibliográficas sobre a educação brasileira, destacava-se a adoção de autores ligados à tradição escolanovista, como: Fernando Azevedo, Roque Spencer Macie de Barros, Leão Carneiro, Lourenco Filho, Luis Alves de Mattos.

No final dos anos 1970, e início dos anos 1980, manifestando engajamento político na luta contra a ditadura militar (1964-1984), um novo núcleo de autores ganham importância como referenciais de leituras e estudos históricos pelo viés das relações econômicas e do estudo da totalidade, a partir dos pressupostos marxistas, considerados fundamentais na formação crítica do futuro educador. Entre eles, destacavam-se: Demerval Saviani, Maria Elizabete Xavier, Paulo Guiraldelli Junior, Maria Lúcia Aranha, Caio Junior Prado e Nelson Wemeck Sodré. Outros autores, como Paulo Freire e Marilena Chaui e Durmeval Trigueiro, também ganham

notoriedade, pois davam um tratamento político e ideológico aos problemas educacionais.

Vale destacar, da mesma forma, os manuais que se tornaram clássicos na história da educação nacional, especialmente: Otaiza de Oliveira Romanelli, com *História da Educação no Brasil*; Maria Luiza dos Santos Ribeiro, com *História da Educação Brasileira* e Paulo Ghiraldelli, com *História da Educação*. Historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos, cientistas políticos e pedagogos, começam a aparecer de maneira constante como principais referências bibliográficas, contribuindo para a compreensão da história da educação brasileira.

Este quadro é enriquecido com a presença recorrente nos planos de ensino de História da Educação, com centralidade nos problemas brasileiros, numa concepção dialética de educação, a partir de Luis Antonio Cunha, Ester Buffa, Carlos Jamil Cury, Moacyr Gadotti e Barbara Freitag.

Alguns períodos históricos acabam, também, destacando-se, especialmente o Estado Novo (1937-1945), o chamado período nacional desenvolvimentista (1945-1960) e a Ditadura Militar (1964-1985). O enfoque estava em buscar, no passado, os elementos históricos que ajudassem a compreender as mazelas sociais e educacionais, no sentido de buscar novos rumos para a educação brasileira. Assim, exigia-se dos alunos fichamentos, produção de sínteses, resenhas e análises mais sistemáticas por meio da leitura desses autores.

Nos anos 1980, e meados de 1990, em face das novas demandas em compreender os problemas educacionais e sociais, a disciplina ganha uma nova configuração, agora com recorte temático específico, tendo como objeto de estudo principal a História da Educação brasileira. Isso garantiu, portanto, certa autonomia e identidade à disciplina que, separando-se da História da Educação geral, passou a contar com um plano de ensino próprio, com carga horária de 60 horas-aula.

No início dos anos 1990, as discussões sobre a necessidade de reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso estavam presentes nas pautas das reuniões docentes de forma recorrente, culminando na constituição de um grupo responsável pela sistematização acerca da concepção de curso a ser implementado e defendido pelo conjunto dos professores e alunos.

A presença da História da Educação passou a ser compreendida como essencial nos currículos formativos, no sentido de subsidiar os trabalhos dos professores de outras áreas relacionadas, por exemplo, às metodologias e às atividades práticas de ensino e estágio supervisionado. Portanto, esperava-se do pedagogo formado na Unioeste, campus de Cascavel, condições teórico-metodológicas para atuar nas diferentes funções da organização escolar, tendo como premissa o processo de ensino aprendizagem.

Muitas vezes, os projetos pedagógicos em curso se revelam superados diante das novas necessidades, condições ou circunstâncias engendradas pelos acontecimentos históricos, resultando na elaboração de novas propostas que atendam às dimensões teóricas e práticas – compreendidas na unidade em observância – aos desafios da realidade, ou mesmo que expressem a nova configuração do corpo docente.

Quanto ao plano de ensino referente ao ano letivo de 1990, as unidades trabalhadas são: Império, Colônia e República. Os títulos trabalhados somam são:

- 01-Resgate da existência humana numa concepção de vida através do renascimento. Renovação da Humanista.
02. A pedagogia da reforma e da contrarreforma e algumas considerações.
03. Anuncio dos tempos modernos.
04. Humanismo pedagógico.
05. Realismo pedagógico e seus representantes.
06. Educação das classes populares.
07. Tendências naturalistas na educação.
08. A influência do iluminismo na educação.
09. Análise sobre a influência da pedagogia da Revolução na ação educacional.
10. Considerações sobre as grandes contribuições dos teóricos da educação.
11. O movimento pedagógico das escolas novas, e a transformação em seus métodos de ensino.
12. A cibernética no ensino.

Percebe-se que as unidades são restritas á história geral da educação, com ênfase a história da educação I, não abordando a educação brasileira. Em sua ementa

o levantamento com fontes, aspectos práticos. Emancipação cultural e política. Considerações gerais. Revolução educacional industrial e comercial. O papel histórico no processo de desenvolvimento social e político. A carga horária apresenta 60 horas.

Em relação a referência bibliográfica os autores indicados são os considerados de grande importância para a educação como; Fernando de Azevedo, Maria Lucia Aranha, Otaiza Romanelli, Marilena Chauí, Saviani e Paulo Freire Antonio Gramsci, além deles são apontados alguns manuais entre eles Maria da Lucia Ribeiro, Jacinta t. Garcia, Leonel p. franca, Richard Bambeger,, Paulo E. Arns, Vera Teixeira de Aguiar e Betty Coelho.

O plano de ensino de 1991 parece ter sido reformulado, a ementa indica o referencial fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, análise da educação no processo histórico, determinado pela base material das relações sociais, numa perspectiva de totalidade, enquanto síntese desse processo, que propicie a produção do conhecimento e reflexão sistemática sobre a práxis pedagógica essencial á formação do educador.

Mantém a mesma carga horária, as unidades trabalhadas foram: Educação brasileira no período colonial, o período republicano, primeira, segunda e terceira e quarta República, Estado novo e ditadura militar.

O plano de 1995, comparado aos planos de 1990 e 1991, apresenta alguns avanços, a ementa, apresenta o estudo da educação a partir do referencial teórico metodológico do materialismo histórico-dialético. Tem como objetivo que é a produção do conhecimento e reflexão sistemática sobre a práxis pedagógica, o conteúdo programático reproduz o mesmo conteúdo do plano de ensino anterior.

O referencial bibliográfico apresenta conforme a ementa autores que discutem a perspectiva Marxista de educação entre eles estão: Demerval Saviani, Maria Elizabete Xavier, Paulo Guiraldelli Junior, Maria Lúcia Aranha, Otaiza de Oiveira Romanelli, sholdolski, Caio Junior Prado, Nelson Wemeck Sodré, e Japiassu.

Os planos de ensino de 1991 e 1995 reafirmam o referencial fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, na análise da educação e do processo histórico, determinado pela base material das relações sociais, numa perspectiva de totalidade, enquanto síntese desse processo, que propicie a produção do

conhecimento e reflexão sistemática sobre a práxis pedagógica essencial à formação do educador. Denominada como História da Educação II, mantém a carga horária de 60 horas-aula, com destaque para definição das unidades principais a serem trabalhadas, como: Educação brasileira no período colonial, o período republicano, primeira, segunda, terceira e quarta República, Estado novo e ditadura militar.

Em 2007, atendendo às diretrizes da Resolução CNE nº 01/2006 de 15/05/2006, ocorreu uma nova alteração curricular com o acréscimo da disciplina de Libras, além da discussão da afrodescendência. Em relação à História da Educação, a ementa passa a abordar as concepções e objetivos da história da educação brasileira e suas inter-relações na importância da compreensão da realidade educacional, tendo como objetivo analisar a história da educação no Brasil, seus problemas e perspectivas.

A carga horária passa de 60 horas-aula para 136 horas-aula, ampliando-se, assim, o tempo para discussão dos conteúdos. Em sua metodologia apresenta uma relação mais diversificada entre aulas expositivas (sistematização do conteúdo), discussões de trabalhos individuais e em grupos (com base em leituras prévias), além da análise de diversas fontes e documentos, tais como: legislações, filmes, canções, documentários e literatura.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também passou a integrar a nova grade curricular. De caráter obrigatório, utilizado como instrumento de avaliação final do aluno, propunha oferecer uma iniciação e um envolvimento do aluno de graduação no campo da pesquisa científica ao longo do curso.

A avaliação passa a ter um aspecto processual no decorrer das atividades acadêmicas, que acontecia por meio da produção de textos individuais durante o percurso da disciplina. Em relação às Referências Bibliográficas, também passa a apresentar uma diversidade de autores, mas mantém a perspectiva de estudo pautada no referencial do materialismo histórico-dialético.

O plano de ensino do ano letivo de 2010, por sua vez, apresentou algumas mudanças, indicando conteúdos mais gerais a partir de um panorama histórico da educação brasileira, demarcando estudos pela educação no Brasil Colônia, Brasil

Império, Brasil República, e por último elegendo a escola pública no Brasil contemporâneo como objeto em destaque.

A ementa trabalha as concepções e objetivos da história da educação Brasileira e suas inter-relações na importância da compreensão da realidade educacional e tem como objetivo analisar a história da educação brasileira no Brasil, seus problemas e perspectivas. Somente este trata especificamente da história da educação brasileira, o Brasil como objeto.

A carga horária é ampliada consideravelmente de 60 horas aulas para 136 horas, praticamente dobrando o tempo para discussão dos conteúdos. Em sua metodologia apresenta uma diversificação como: aulas expositivas (sistematização do conteúdo), discussões trabalhos individuais e em grupos com base em leituras prévias dos textos, análises de diversas fontes e documentos, tais como: legislações, filmes, canções, documentários, canções e literatura.

Com relação aos conteúdos, são incorporados novos temas, organizados em unidades, conforme segue:

Primeira unidade

História e memória e educação

fontes, história e historiografia e a escola pública no Brasil.

Estudo da história da educação brasileira: panorama histórico da história da educação brasileira.

Segunda unidade - Brasil colônia

a) A educação no Brasil Colônia: bases econômico-sociais e político- ideológicas e o processo educacional Jesuítico.

b) A educação indígena

c) Reforma Pombalina

Terceira unidade – Brasil-império

a) A educação no Brasil Império e suas bases econômico-sociais e político- ideológicas.

b) A Educação na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A escola pública no Império.

c) O debate educacional

Quarta unidade – Brasil-República

- a) A educação no Brasil República e suas bases econômico-sociais e político- ideológicas: a educação na Primeira República.
- b) Liberalismo, positivismo, cientificismo, catolicismo
- c) O ideário da escola pública e o processo da escolarização da sociedade brasileira
- d) Os debates sobre a questão da escolarização brasileira: a escola pública nas constituições brasileiras
- e) Apogeu e crise da escola pública no Brasil no século XX: a LDB de 1961, a educação no contexto pós- 64
- f) O processo histórico da educação no Paraná e região oeste

Quinta-unidade

- a) A Escola Pública no Brasil Contemporâneo
- b) Décadas de 1980 e 1990
- c) Debate educacional
- d) Limites e perspectivas da educação atual

Em relação às Referências Bibliográficas, diferentes daquelas utilizadas nos cursos de História da Educação que, geralmente, giravam em torno dos manuais de ensino, os textos adotados passaram a incorporar uma diversidade de autores que mantém a perspectiva de estudo com resultados de pesquisas em textos, em forma de Dossiês, entre eles destacamos: BASTOS (2006, 2007); NUNES (1996); GATTI JR. (2007); SAVIANI (2008).

É possível inferir que a consolidação da disciplina está vinculada em grande medida à presença do Programa de Pós-Graduação/UNIOESTE, Campus Cascavel, a partir da configuração com a linha de investigação em História da Educação, o que favorece o intercâmbio acadêmico, na medida em que os professores que passaram a ministrar na graduação são os mesmos pertencentes ao Programa, favorecendo assim a atualização de bibliografia, métodos e conteúdos decorrentes da pesquisa desenvolvida. Tal fato acabou fortalecendo a disciplina no curso de graduação.

Tendo como objetivo levantar subsídios para verificar a reação dos alunos, buscou-se colher depoimentos no conjunto daqueles alunos que frequentavam a disciplina, no segundo ano do curso de graduação. A primeira questão solicitava as impressões acerca da importância da História da Educação na formação do futuro

pedagogo. No sentido de identificar a percepção do aluno do curso de pedagogia em relação à contribuição da disciplina sua formação do educador. Foi realizado levantamento de dados, a partir de entrevista estruturada, anônima, em sala de aula, no final do ano letivo. Foram recebidos 20 questionários, respondidos. A partir deles foram levantados os dados a seguir comentados

Na percepção dos alunos, foi destacado que a disciplina possibilitava adquirir conhecimentos históricos de como este campo foi constituído, como também o aspecto humanizador do estudo histórico, pois seria capaz de desvelar as lutas humanas até o presente momento, possibilitando traçar uma perspectiva de futuro.

A segunda questão referia-se aos períodos históricos do conteúdo da disciplina que despertavam maior interesse. A Ditadura militar (1965-1985) e o período do Brasil Colônia foram os períodos mais citados. A terceira, por sua vez, dizia respeito às estratégias que consideravam mais importante para estudar os textos e acompanhar as aulas. Sobre isso, os alunos confirmaram a relevância das leituras prévias.

Na quarta e última questão, sobre a metodologia que eles consideravam mais adequada a ser utilizada pelo professor ao trabalhar os conteúdos da disciplina, os alunos destacam a importância de se usar uma variedade de metodologias, destacando aulas expositivas, discussão em grupo, filmes, seminários, pesquisa de campo, pesquisa exploratória *on-line*, visitas virtuais de centro de documentação e museus.

Outras respostas revelaram que a disciplina de história da educação é, de fato, importante, pois oferece subsídios para uma visão mais crítica da realidade da educação no Brasil, o que é importante, também, para compreender historicamente os acontecimentos que marcaram a sociedade, e sua relação com a educação, possibilitando refletir a prática pedagógica. Vale destacar, ainda, outros aspectos mencionados pelos alunos em relação à condução das aulas pelo professor, como: a necessidade de aulas mais dinâmicas para que ocorra maior interesse por parte dos alunos; pesquisa em biblioteca; pesquisa histórica sobre a educação local e regional; exposição prévia do tema para nortear a leitura; utilização de slides; não se deter estritamente ao texto; substituir a quantidade de textos por qualidade; que as aulas não sejam somente expositivas, pois são cansativas; a compreensão do limite dos

alunos em relação à leitura dos textos; textos mais claros; seminários; maior espaço para os alunos expressarem suas ideias; a utilização de uma linguagem mais próxima do aluno; ter melhor didática e convidar palestrantes para abordarem temas pertinentes à disciplina.

Considerações finais

Em face do exposto, podemos considerar que a disciplina de História da Educação, passou por uma significativa mudança desde sua gênese no final do século XIX, marcado por um forte *etos* religioso e filosófico. A partir da segunda metade do século XX, a História da Educação ganhou notoriedade como um campo de pesquisa. A partir de 1980, com a redemocratização passou a ganhar maior identidade, com objeto próprio de reflexão, ou seja, a educação brasileira e suas mazelas. No que se refere a perspectiva teórico-metodológica, em meados do ano de 2000, com maior ênfase à diversidade de temas de pesquisa na área da história da educação. Na atualidade, a disciplina História da Educação vem enfrentando fortes reações dos setores mais pragmáticas que reivindicam uma formação mais prática e menos carregada de fundamentos, diante das premissas neoliberalizantes e da supervalorização do presente .

Consideramos que a disciplina a partir dos seus conteúdos deve reafirmar uma formação crítica do alunos provocando nele uma leitura mais esclarecedora acerca da sua condição social, denunciando e demonstrando as desigualdades que marcam a realidade brasileira

No que se refere aos dados analisados, a partir das manifestações dos alunos, indicam que eles reconhecem a relevância da disciplina de história da educação na formação do pedagogo. Destacam o período da ditadura civil militar (1964-1985). Destacam ainda a importância de se usar uma variedade de metodologias, destacando aulas expositivas, discussão em grupo, filmes, seminários, pesquisa de campo, pesquisa exploratória *on-line*, visitas virtuais de centro de documentação e museus.

Outros aspectos concernentes a disciplina de história da educação apontados diz respeito a visão mais crítica da realidade da educação no Brasil, o que é

importante, também, para compreender historicamente os acontecimentos que marcaram a sociedade, e sua relação com a educação, possibilitando refletir o passado a luz do presente. Em relação à condução das aulas pelo professor, como: a necessidade de aulas mais dinâmicas para que ocorra maior interesse por parte dos alunos; pesquisa em biblioteca; pesquisa histórica sobre a educação local e regional. A necessidade de buscar maior equilíbrio entre as expositivas e dinâmicas em sala e maior espaço para os alunos expressarem suas ideias; a utilização de uma linguagem mais próxima do aluno.

O acompanhamento das aulas, a partir das atividades desenvolvidas pelos alunos e seminários, além do acompanhamento das avaliações produzidas pela turma, e da leitura de textos clássicos e de autores atuais referentes à história da educação, contribuem para uma reflexão teórica sobre a realidade da disciplina no curso de pedagogia. Os estudantes se interessam e compreendem a importância e quais os problemas e perspectivas em relação ao processo da *praxis* pedagógica. Consideramos, portanto, essencial ao pedagogo conhecer todo o processo histórico da educação no Brasil, visto que essa disciplina oferece embasamento às demais áreas de conhecimento.

Como intelectuais da educação, em que o conhecimento é nossa matéria prima e instrumento de trabalho, temos o compromisso de sermos comunicadores e divulgadores científicos, por isso, urge continuarmos trabalhando com evidências científicas, fortalecendo os meios de divulgação do conhecimento científico produzido pela sociedade e pelas universidades. A população vem buscando informação nas redes sociais, e é neste campo que também devemos atuar.

A história da educação deve continuar examinando a complexidade dos pensamentos pedagógicos, das instituições educacionais e das práticas educativas. Não devemos abandonar a busca dos determinantes do processo educativo, mas essa busca deve possibilitar um entendimento da especificidade dos fenômenos educacionais, sem perder de vista o todo social. Precisamos entender o que está escrito e inscrito na trajetória histórica da educação. Mas, para isso, precisamos refletir sobre a pertinência e a eficácia epistemológica da categoria ideologia na historiografia da educação.

Verifica-se, assim, que a disciplina História da Educação, em face das políticas de aligeiramento na formação do pedagogo, vem perdendo espaço na formação de docentes, que por razões econômicas e de demanda/oferta, a Educação a Distância vem massificando esta formação mediante a despolitização do professor cujo ideário está arraigado à um projeto de sociedade ditado, articulado e direcionado pela doutrina neoliberal. Neste sentido, a concepção de formação do professor está calcada no interesse de prepará-lo tecnicamente para a prática profissional sob a prerrogativa de absorver as habilidades e competências suficientes para atender as demandas e interesses do mercado.

Além das questões ideológicas e políticas, a sistematização da Educação a Distância fortalece e expande o mercado de venda e consumo das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), o qual é extremamente rentável aos interesses empresariais.

Urge, neste cenário, retomar o papel intelectual do professor, como produtor de suas ações, mas também compromissado com a disseminação deste mesmo conhecimento, para além de meros executores de tarefas.

Neste cenário de obscurantismo e negacionismo, é necessário enfrentar desafios epistemológicos no registro da história da educação, buscar subsídios para compreender a complexidade dos pensamentos pedagógicos, das instituições educacionais e das práticas educativas, buscando simultaneamente os determinantes dos processos educativos e a especificidade da educação em cada contexto histórico.

Diante das políticas de aligeiramento na formação do pedagogo, percebe-se a intensificação de um discurso em favor da constituição do professor com base pragmática, com fortes restrições às disciplinas de cunho crítico, histórico e filosófico no preparo desse futuro profissional. Isso ocorre sob a justificativa da necessidade de uma formação mais técnica, que atendam às demandas emergenciais do mercado de trabalho.

Em suma, reafirmamos uma história da educação, compromissada com o saber científico em contraposição as afirmações negacionistas e de falseamento da realidade, estudando e examinando o passado a luz dos acontecimentos do presente

e do papel do indivíduo como agente de intervenção no desenvolvimento histórico e não como expectadores da história.

De uma disciplina de legitimação de poder e presa em uma perspectiva teológica, a partir da segunda metade do século XX, passou a desenvolver um olhar crítico, trazendo à tona as lutas de classes como referencial importante na discussão educacional. As desigualdades e as contradições sociais passaram a fazer parte do debate em sala.

Vale destacar a importância da História educacional no quadro da historiografia contemporânea como importante instrumento no desenvolvimento da consciência histórica no sentido de problematizar e superar aquela História que sempre exaltou os feitos da classe dominante.

Podemos considerar que a trajetória da disciplina História de Educação no curso de pedagogia da UNIOESTE, Cascavel, apresentou uma trajetória de importantes avanços, acompanhando as alterações curriculares desde sua implantação em 1972. Aos poucos a história da educação consolidou-se, ganhando mais carga horária no currículo.

Por fim, vale reafirmar a importância do ensino de história da educação junto ao curso de pedagogia, estando presente no currículo do curso, como uma das disciplinas basilares do currículo, na formação ao apresentar o movimento educacional a partir de um olhar histórico-educacional.

Concordando com as reflexões de Gramsci, compreendemos que o homem é a síntese das relações sociais existentes num determinado contexto, como também expressa a história dessas relações. Esse é o princípio instituidor da cultura humana:

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral”: [...] as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal. (Cad. 7, § 35 – GRAMSCI, 1999, p. 245).

Referências

BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LOPES, Eliana Marta; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação: o que você precisa saber sobre**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005. - (coleção Memória da educação).

REIS, José Carlos. **Da “história global” à “história em migalhas”**: o que se perde, o que se ganha. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 177-208.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SAVIANI, Demerval. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Demerval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e história da educação – o debate teórico-metodológico atual**. 2ª. Ed., Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2001.

SILVA, João Carlos da. História e historiografia da educação na Região Oeste do Paraná: alguns apontamentos. **Rev. Humanidades**. Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 47-57, jan./jun. 2017

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História, Memória e História da Educação**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil-Vol. III: Século XX**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

SZYMANSKI, Maria Lídia Sica; BASTOS, Carmen Célia Barradas. O curso de Pedagogia da Unioeste - Campus de Cascavel: História de suas reestruturações curriculares. **Revista Educere et Educare**. p. 217-232. Vol. 6 nº 12 jul./dez. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Aprova alteração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia** – campus Cascavel. Resolução nº 375/2007 CEPE [Conselho de Ensino e Pesquisa da Unioeste]. Cascavel. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. 2005. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia. 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, do curso de Pedagogia, turnos matutino e noturno, do campus de Cascavel, e revoga a Resolução nº 020/2011-Cepe, de 24 de fevereiro de 2011. Resolução nº 092/2013 CEPE [Conselho de Ensino e Pesquisa da Unioeste]. Cascavel. 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA. Arquivo do Curso de Pedagogia. **Planos de Ensino do Curso de Pedagogia**. Cascavel. UNIOESTE. [1972- 2010]. Documento interno.

Notas

¹ A pedagogia desenvolveu-se particularmente em relação com a prática educativa, compondo-se como teoria ou ciência dessa prática, conforme a conjuntura apresentada, e identificando-se com o próprio modo intencional de realizar a educação. Assim, ao longo do tempo, a pedagogia construiu uma rica tradição teórica e científica sobre a prática educativa.

² As pesquisas em História da Educação têm contribuído intensamente para os estudos relacionados à escola como lugares de memória. Grupos de pesquisa articulados junto aos programas de Pós-Graduação têm desempenhado esforços e inúmeros trabalhos como dissertações, teses e monografias que contribuem para a pesquisa da memória no Brasil. Houve, entre os pesquisadores, uma maior busca por esse entendimento, principalmente a partir dos anos de 1990, relacionando a sociedade com a escola. Hoje, as pesquisas sobre a memória escolar buscam um novo olhar para os estudos das constituições históricas da escola e suas transformações sociais.

³ Ainda em relação às fontes, é preciso destacar que o historiador elege, organiza e interpreta suas fontes em conformidade com suas opções metodológicas e teóricas. Nem sempre documentos ou testemunhos, artefatos que o homem produziu tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória, por isso, resta ao pesquisador a alternativa: definir o que deseja estudar, delimitando o objeto de investigação, e buscar outro tipo de fonte que proporcione novos dados. Não há história sem documentos, afirma Lucien Febvre. De fato, não há dúvida de que a história se faz com documentos, mas quando estes existem.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)